

Aluno de escola pública pode ter mais chance no vestibular

Comissão de Educação aprova projeto do senador Sérgio Cabral determinando que 50% das vagas das universidades públicas sejam destinadas a alunos que tenham cursado ensino médio na escola pública

J. Freitas



OPORTUNIDADE Projeto de Sérgio Cabral (primeiro à esquerda) foi aprovado na reunião presidida por Osmar Dias

A proposta, que ainda poderá ser examinada pelo Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara dos Deputados, visa atender aos alunos mais necessitados, não apenas aos negros ou a outra minoria específica, afirma Sérgio Cabral. A Comissão de Educação também acolheu ontem requerimento convidando os ministros da Educação, Tarso Genro, e da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, para discutirem a reforma universitária e as políticas afirmativas. Um dos pontos de maior interesse é a chamada venda de vagas: as universidades particulares que cederem ao Executivo a gestão de 25% de suas vagas serão isentadas de impostos.

Página 3



MUDANÇA Parecer de Saturnino (C) foi rejeitado na comissão presidida por Mestrinho (D). Sibá (E) vai relatar Plano Plurianual

Comissão indica novo relator para o PPA

Página 6

Sarney recebe dirigentes estrangeiros

O presidente do Líbano, Emile Lahoud, visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney (foto), com o objetivo de fortalecer o diálogo político e ampliar os vínculos econômicos e comerciais entre Brasil e Líbano. Sarney também recebeu o jornalista José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros do Timor Leste e Prêmio Nobel da Paz. Ramos Horta relatou a situação no Timor e agradeceu o apoio de Sarney à libertação daquele país.

Página 7



Gerardo Magela

Antero propõe duas CPIs. PT diz que aceita investigação ampla

Páginas 4 e 5



EXCELÊNCIA Segundo Aelton, a empresa mineira foi uma das primeiras a receber o ISO 9002

Aelton faz homenagem aos 50 anos da empresa CTBC

O senador Aelton Freitas (PL-MG) apresentou requerimento de congratulações ao grupo Algar, com sede em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Presente em nove estados do Sudeste e Centro-Oeste, o grupo atua nos segmentos agroalimentar, de telecomunicações, serviços e entretenimento, e engloba empresas como a Companhia Brasileira de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC), que está completando 50 anos. Em 2003, informou o senador, as empresas do grupo apresentaram receita líquida de R\$ 1,5 bilhão.

A companhia, disse ainda o parlamentar, também foi pioneira em diversos projetos sociais, e foi a primeira na América Latina a receber a certificação ISO 9002 nas áreas de atendimento ao cliente e operação de sistemas.

– Desde a fundação da CTBC, há 50 anos, o grupo cumpre aquilo que se espera de uma grande empresa: competência administrativa, modernização tecnológica e responsabilidade social – afirmou o senador.

Agenda

Homenagem ao ex-presidente do *Jornal do Brasil*

A hora do expediente da sessão de hoje, marcada para as 14h30, vai homenagear o ex-diretor-presidente do *Jornal do Brasil* Manoel Francisco do Nascimento Brito, falecido em fevereiro do ano passado. Na ordem do dia, os senadores continuam o debate dos dois projetos que propõem um novo modelo elétrico. O primeiro (PLV 1/04) impõe novas regras para a comercialização de energia, enquanto o segundo (PLV 2/04) cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).



Sarney recebe chefe da Agência Espacial da Ucrânia

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 12h, o chefe da diretoria internacional da Agência Espacial da Ucrânia, Oleksander Serdyuk, acompanhado do embaixador Yuri Bogaievsky e

do deputado Andre Zacharro; às 12h30, o vice-primeiro-ministro da Federação da Rússia, Boris Alioshin; às 15h30, o deputado Jorge Chapper, presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai.

Maurício Corrêa fala na CCJ sobre reforma do Judiciário

Dando seqüência às audiências públicas para discutir a reforma do Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe, às 10h, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa – foto. O ministro



tem demonstrado ser contrário ao controle externo do Judiciário, um dos pontos defendidos pelo governo Lula. A previsão é de que o relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a matéria seja votado após o carnaval.



Alca em debate na Comissão de Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 17h30, audiência pública para discutir o processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Participam da reunião o co-presidente do Processo Negociador da Alca no Brasil, Adhemar Bahadrian, e o subsecretário-geral para assuntos da América do Sul, Luiz Felipe Macedo Soares.

Novas obrigações para os planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 11h para discutir projeto (PLS 75/02) que obriga os planos de saúde privados a arcar com as despesas de cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante. O projeto está na pauta da comissão desde o ano passado e recebeu parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO).



Análise de avisos do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle analisa hoje, às 11h30, os avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão no Banco Central. Também será votado requerimento convidando o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para falar sobre denúncias de irregularidades em licitações.

TV discute Alzheimer

No *Cidadania* de hoje, a ser exibido pela TV Senado às 19h30, o diretor do Centro de Referência do Idoso do Hospital Universitário de Brasília, Renato Maia, e o jornalista Rubem Azevedo Lima discutem o Mal de Alzheimer, doença progressiva e sem cura que atinge uma em cada dez pessoas com mais de 70 anos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



PRIORIDADE Para Mozarildo, segundo escalão não deve deliberar sobre tema importante

Mozarildo quer que Senado decida sobre terra indígena

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) informou ontem que a comissão externa temporária constituída pelo Senado para fazer levantamento da situação dos conflitos de natureza fundiária deverá apresentar seu relatório logo após o carnaval. Uma das sugestões que poderá fazer parte do documento é a transferência, para o Senado, da competência de decidir sobre reservas indígenas, ecológicas e outras questões fundiárias.

A comissão temporária, que, além de Mozarildo, é integrada pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Romero Jucá (PMDB-RR) e Augusto Botelho (PDT-RR), visitou os estados de Roraima e de Mato Grosso do Sul. Na avaliação de Mozarildo, os conflitos envolvendo índios estão ocorrendo porque a Fundação Nacional do Índio (Funai) não está conduzindo adequadamente o problema. Ele não concorda que técnicos do segundo ou terceiro escalão tenham poder para decidir sobre tema tão importante como é a divisão das terras do país.

Mozarildo também informou o resultado de um pedido que fez, na semana passada, para que a Polícia Federal investigasse denúncia de que índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima teriam atado fogo a uma casa, um barracão e um galpão da maloca Cantagalo, na região da reserva Raposa/Serra do Sol (RR). O senador disse que a perícia constatou que o incêndio foi criminoso.

Citando matéria publicada pelo jornal *Brasil Norte*, Mozarildo alertou sobre a possibilidade de uma guerra entre os índios macuxi, na área da reserva Raposa/Serra do Sol.



COMPOSIÇÃO Durante solenidade, Serys, coordenadora da bancada feminina, explicou o simbolismo da flor lilás, logomarca do evento

Senado abre Ano Nacional da Mulher

Em nome do presidente do Senado, o 1º secretário da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), participou ontem da abertura do Ano Nacional da Mulher – uma série de eventos que incluirá homenagem às representantes das etnias que formam o povo brasileiro, lançamento de cartilha e videoconferências.

Na abertura oficial do evento, a senadora Serys Silhessa-arenko (PT-MT), coordenadora da bancada feminina, apresentou a logomarca da celebração, que poderá ser reproduzida em camisetas, *folders* e *bottons* por qualquer entidade que deseje participar da homenagem. A logomarca apresenta uma flor para simbolizar a mulher e foi explicada pela parlamentar.

– A *designer* Alessandra Maia usou sua criatividade para

compor o logotipo, a um só tempo simples, despojado, insinuante e atraente. No gesto, tomou uma flor – a mimosa. Em seguida, mergulhou a flor no lilás, adotado como símbolo do movimento feminista, em 1910, durante a 2ª Conferência de Mulheres, realizada na Dinamarca. É essa marca que oferecemos à sensibilidade de todos os brasileiros no ano da mulher – afirmou a senadora.

Em seu discurso, o senador Romeu Tuma destacou a importância do evento e enalteceu os diferentes papéis das mulheres na sociedade.

Também discursaram o deputado Maurício Rabelo (PL-TO), autor do projeto que tornou 2004 o Ano Nacional da Mulher, e Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Cota em faculdade para estudantes da rede pública

Comissão de Educação aprova projeto que destina a esses alunos 50% das vagas nas universidades públicas

A Comissão de Educação (CE), em reunião realizada ontem, aprovou parecer favorável a projeto terminativo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) determinando que 50% das vagas das universidades públicas sejam destinadas a alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, seja da rede municipal, estadual ou federal. Cabral destacou que o projeto (PLS 61/03) é direcionado aos alunos mais necessitados, não apenas aos negros ou outra minoria específica.

O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou duas emendas, que também foram aprovadas. Em uma delas o senador aumentou de 40% para 50% o percentual de cotas para os alunos da rede pública, uma vez que a maioria dos formados no ensino médio é dessas escolas, explicou. A outra emenda especifica que alunos da rede munici-



INCLUSÃO Autor da proposta, Sérgio Cabral aponta benefício para alunos mais carentes

pal também terão acesso às cotas, o que não era previsto no projeto original.

A lei entrará em vigor no ano letivo seguinte à sua aprovação. Por ser matéria terminativa, o projeto poderia seguir direto para exame da Câmara dos Deputados, mas o senador Almeida Lima (PDT-SE) informou que irá requerer o exame da matéria pelo Plenário do Senado.

A proposta gerou discussão na comissão e a líder do bloco de apoio ao governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), sugeriu que o projeto fosse votado após audiência pública na CE com o ministro da Educação, Tarso Genro, com realização prevista

para a discussão do sistema de cotas, além da reforma universitária. Ideli acredita que assim seria possível discutir melhor a questão. Mas o requerimento da senadora pedindo o adiamento da votação do projeto foi rejeitado.

Prevenção

A CE aprovou ainda parecer do senador Papaléo

Paes (PMDB-AP) rejeitando dois projetos de lei da Câmara (que tramitavam em conjunto sob o número 88/00) obrigando a inserção, nas embalagens e etiquetas de roupas íntimas, de campanhas de prevenção ao câncer de mama, de colo de útero e de próstata.

Papaléo a princípio era favorável a um dos projetos, mas adotou voto em separado de Demostenes Torres (PLF-GO), contrário a ambos. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) louvou as campanhas, mas se disse contrário à existência de leis obrigando a adesão a elas. Na opinião do senador, esse tipo de iniciativa deve ser espontânea.

Eduardo quer abolir exigência de fiador para acesso ao Fies

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou ontem que apresentará projeto de lei proibindo a exigência de fiador ao estudante que recorrer ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Para o parlamentar, a exigência é um instrumento que inviabiliza o acesso ao financiamento e a proibição é uma forma de o país demonstrar confiança nos jovens.

Eduardo informou que decisão liminar inédita do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro, impede o governo federal de exigir de alunos a apresentação de fiador como condição para o ingresso no Fies. A medida é válida em todo país, mas a União entrou com recurso.

De acordo com o parlamentar, no Tocantins, dos 23 mil estudantes em faculdades pri-



CRÉDITO Medida é forma de demonstrar confiança nos jovens, afirma Eduardo

vadas, apenas 70 conseguiram o benefício do Fies, e dos 2,5 milhões de alunos em escolas particulares no país, 280 mil se inscreveram no fundo, mas apenas 70 mil foram contemplados.

Ao apoiar a proposta de Eduardo, o senador Hélio Costa (PMDB-MG), em aparte, informou que nos Estados Unidos os estudantes de escolas privadas são seus próprios fiadores.

Ministros serão ouvidos pela CE

Foi aprovado ontem requerimento da Comissão de Educação (CE) convidando os ministros da Educação, Tarso Genro, e da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, para discutirem a reforma universitária e também a questão de políticas afirmativas, especialmente a chamada venda de vagas, alternativa que vem sendo apresentada pelo governo. Segundo essa proposta, as universidades particulares que cederem ao Executivo a gestão de 25% de suas vagas receberão em troca isenção de impostos.

O senador José Jorge (PFL-PE) é co-autor do requerimento e afirmou que a proposta de “venda de vagas” representa uma grande mudança na política governamental para a educação. O discurso dominante

historicamente era a destinação de verbas públicas para as escolas públicas, lembrou. José Jorge também destacou a necessidade de a questão ser debatida com rapidez, uma vez que o governo “ameaça” apresentar a proposta por medida provisória.

Reforma universitária e política afirmativa serão debatidas em audiência

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), sugeriu que o ministro da Educação compareça para discutir seus projetos para a gestão do ministério, de uma maneira mais ampla, mas a comissão decidiu optar por especificar os temas abordados na audiência.

O requerimento, defendido pelo presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), também prevê para a discussão da reforma universitária a vinda de representantes de organizações de ensino e pesquisa, como a

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de reitores de universidades federais. Os nomes dos convidados e a data das audiências ainda serão definidos.

Novo espaço

A CE também aprovou parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável a projeto de lei da senadora Ideli Salvatti (53/03) que cria no Senado o Átrio Cultural Retratos do Brasil, espaço destinado a promover e divulgar aspectos culturais, econômicos, sociais e turísticos de cada estado brasileiro. A cada mês um estado deverá ocupar o local. A autora destacou que o projeto foi inspirado em iniciativa semelhante e bem sucedida da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, onde há local destinado às manifestações culturais dos municípios do estado.

DENÚNCIAS

Ação de ex-assessor parlamentar é discutida em Plenário: enquanto José Agripino se declara insatisfeito com as explicações dadas até agora pelo governo, Aloizio Mercadante observa que os fatos são anteriores à administração do PT

Senadores exigem rigor nas investigações

Uma investigação rigorosa das denúncias que envolvem Waldomiro Diniz, ex-assessor da Secretaria de Coordenação Política, foi anunciada ontem pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante. A exigência de rigor na apuração do episódio marcou todos

os pronunciamentos ontem no Plenário. José Jorge disse ser favorável à instalação de uma CPI ampliada, como propôs o PT. Arthur Virgílio assegurou que seu partido, o PSDB, não participa de qualquer acordo para abafar as denúncias. José Agripino afirmou que o

país está diante uma crise política, e o Congresso precisa se manifestar. Jefferson Péres declarou-se decepcionado com o PT. Efraim Moraes acredita que uma investigação isenta contribuiria para restaurar a credibilidade do governo.

JOSÉ JORGE

País quer saber ação de Diniz na Casa Civil

Ao apoiar a instalação imediata de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as acusações contra Waldomiro Diniz, o senador José Jorge (PFL-PE) disse que "o país quer mesmo é saber de suas atividades na Casa Civil, onde trabalhou até janeiro".

– Waldomiro não é ninguém. O fato importante é sua assessoria junto a Dirceu, que é o verdadeiro presidente da República. Todos sabemos que Lula se dedica apenas a viajar ao exterior e fazer discursos. Quem decide sobre os assuntos do governo é Dirceu, por isso a investigação sobre atividades de seu assessor se revestem de grande relevância.



Roosevelt Pinheiro

José Jorge disse ainda ser favorável à instalação de uma CPI ampliada, envolvendo todas as doações feitas nas últimas campanhas eleitorais.

O parlamentar citou reportagem publicada na *Folha de Pernambuco*, em que o deputado Fernando Ferro (PT-PE) afirma que Diniz é apenas um dos vários "PCs Farias" que existem no atual governo. Para o deputado petista, o caso precisa ser explicado e investigado para que a ética que marca a atuação do partido seja restabelecida no governo, assinalou o senador.

JEFFERSON PÉRES

Decepção diante da atitude do PT

A recusa do PT em apoiar o requerimento pedindo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso Waldomiro Diniz colocará o partido na condição de uma "burocracia corrupta", na opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele que, como revelou, um dia invejou o Partido dos Trabalhadores, disse estar hoje decepcionado com esse partido por ter vendido sua bandeira ética.

– A alma do PT está morta. Estou decepcionado. Ninguém pode estar contente.

Jefferson lamentou que a bancada do PT no Senado tenha decidido "acuar" os demais senadores com uma proposta de CPI para investigar todos os financiamentos de campanha com suspeitas de irregularidades. Para mostrar que não é contra a idéia, Jefferson pediu para ser o primeiro a ser investigado.

– Se o Brizola fosse o presidente e me pedisse para não assinar um requerimento de CPI como esse, eu pediria demissão da liderança do governo – disse o senador. Jefferson repudiou uma suposta superioridade da "ética da responsabilidade" sobre a "ética das convicções".



Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

Denúncia será apurada com todo o rigor

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que seu partido deseja que o episódio envolvendo o ex-assessor da Presidência da República Waldomiro Diniz seja apurado "com todo o rigor da lei e com toda a eficácia que tem demonstrado a Polícia Federal e o Ministério Público".

Mercadante lembrou que o fato ocorreu há dois anos, e as-

ALOIZIO MERCADANTE

sinalou que não há nenhum indício de que ato ilícito tenha sido praticado durante a gestão do PT. Ele disse que o governo não tinha conhecimento do procedimento do ex-assessor, e, caso o tivesse, Diniz não teria sido nomeado.

O senador afirmou que quem tinha as informações sobre a conduta do ex-assessor, e não as denunciou, praticou crime de prevaricação.

– Quem possuía as informações e não recorreu às autoridades, não deu conhecimento à opinião pública, não encaminhou aos instrumentos competentes para apurar aquele episódio? Nós queremos saber quem era. Nós poderíamos ter evitado o risco que esse governo corre de esse indivíduo ter praticado outro ato ilícito no exercício da sua função, ainda que não haja nenhum indício até o momento nessa direção.

JOSÉ AGRIPINO

Defesa da probidade no serviço público

O senador José Agripino (PFL-RN) anunciou que assinará o requerimento pela instalação de comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a denúncia de recebimento de propina por parte do ex-assessor da Presidência Waldomiro Diniz.

Agripino disse que havia pensado em esperar 48 horas antes de tomar qualquer decisão sobre o caso, mas a sua repercussão no Brasil e no exterior e a resposta do governo foram motivos suficientes para assinar o requerimento antes disso.

– Eu vou assinar o pedido de CPI como um serviço que presto à probidade no serviço pú-



Moreira Mariz

blico do meu país – declarou.

Para Agripino, a declaração do ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, de que o caso ocorreu em 2002, antes de o PT assumir o poder, deu a entender que o governo está querendo empurrar a sujeira para debaixo do tapete.

– Esperava explicações convincentes para encerrar o assunto, um desmentido com fatos concretos. Estamos diante de uma crise política e o Congresso tem a obrigação de se manifestar. Tenho sido cobrado na rua por pessoas que não conheço – frisou.



Roosevelt Pinheiro

ARTHUR VIRGÍLIO

parlamentares petistas, que estariam insinuando que poderiam investigar o governo Fernando Henrique Cardoso se a oposição insistir na CPI para apurar as denúncias contra Diniz, o senador respondeu que, se o atual governo tem alguma suspeita com relação à administração anterior, deve investigar; caso contrário, estará prevaricando.

– O governo tem número suficiente tanto na Câmara quanto no Senado para investigar o que quiser. Não estou aqui para breçar, nem tenho número para breçar coisa alguma. Podem instaurar uma, duas ou 105 CPIs. Agora, se não têm nada a desconfiar do governo passado, encerrem a conversa. Mas se têm alguma coisa e ficam esperando para ver se nós os denunciávamos ou não para tomar uma atitude, isto é prevaricação – afirmou Arthur Virgílio.

PSDB não aceita acordo para abafar denúncia

O PSDB não participará de nenhum acordo para abafar as denúncias envolvendo Waldomiro Diniz, disse o líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM). Ele acrescentou que Antero Paes de Barros (PSDB-MT) continuará recolhendo assinaturas para uma comissão parlamentar de inquérito.

Sobre declarações de alguns

DENÚNCIAS

O senador Antero de Barros colhe assinaturas em dois requerimentos de comissão parlamentar de inquérito – um prevendo investigação restrita ao caso Waldomiro Diniz e o outro ampliando a apuração, como o PT deseja

EFRAIM MORAIS

Credibilidade precisa ser restaurada

O líder da minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), assinou na tribuna do Plenário o requerimento pela instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar amplamente os financiamentos de campanhas eleitorais. A atitude do senador foi em resposta a uma indagação de Eduardo Suplicy (PT-SP), sobre se Efraim apoiaria apenas uma CPI sobre o caso Waldomiro Diniz, ou se também apoiaria uma investigação total sobre outros casos irregulares.

Para Efraim, o escândalo da cobrança de propina por Waldomiro Diniz abala ainda mais a já desgastada imagem das instituições políticas republicanas. Na opinião do líder, ou se restaura essa credibilidade ou se estará pavimentando a estrada



Moreira Mariz

para o caos político e institucional. Ele enfatizou que a oposição não tem por objetivo, com o pedido de comissão de inquérito para investigar o caso, colocar o governo no banco dos réus, mas apenas apurar as irregularidades.

Efraim Morais rebateu o argumento do governo de que os fatos descritos pela revista *Época* remontam a um período anterior à atual gestão, lembrando que a CPI do PC Farias foi instalada em 1992 para investigar captação irregular de recursos ocorrida ao tempo da campanha eleitoral. Alvaro Dias (PSDB-PR) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram Efraim.

HELOÍSA HELENA

mulada” a ação do Planalto de tentar abafar o caso no Senado e questionou o que, a seu ver, é um “cinismo” do PT.

De acordo com a senadora, o governo hoje é “a Dolly [ovelha clonada] da administração Fernando Henrique” e utiliza as mesmas justificativas para evitar a instalação de CPIs.

Na avaliação de Heloísa Helena, o número de senadores presentes à sessão do Senado de ontem poderia viabilizar a instalação da comissão, independentemente das assinaturas da base governista. Ela disse ainda que o governo tem sido omissivo no apoio à apuração, pelo Congresso, de denúncias referentes às privatizações e à venda de cartões do Sistema Único de Saúde (SUS).

PT é a Dolly do governo passado

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) cobrou do governo apoio à comissão parlamentar de inquérito sobre o caso Waldomiro Diniz, cuja lista de adesões tramita entre os senadores. Ela classificou de “dissi-

PT só aceita CPI se for para todas as campanhas

A bancada do PT no Senado só vai apoiar a investigação, por meio de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), do caso Waldomiro Diniz – ex-assessor de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, acusado de pedir dinheiro de bicheiros para campanhas eleitorais – se também forem analisadas pela comissão todas as campanhas eleitorais suspeitas de irregularidades nos últimos anos.

A decisão foi anunciada ontem de manhã pela líder do partido, senadora Ideli Salvatti (SC), após aproximadamente duas horas de reunião da bancada. A senadora insistiu também na rápida aprovação de uma reforma política, que estabeleça o financiamento público de campanhas e a “severa punição” de quem vier a pedir ou doar recursos destinados ao pagamento de despesas de candidatos a eleições.

– Se tivermos que trazer o que já está sendo investigado pelo Ministério Público e pela Justiça para o Congresso Nacional, essa investigação terá que ser



José Cruz

AGENDA POSITIVA Bancada do PT decide apoiar reforma política que adote o financiamento público de campanhas eleitorais

ampla e deverá incluir, além do caso de Waldomiro Diniz, episódios como o da campanha de José Serra – disse Ideli, referindo-se a uma suposta doação não declarada de R\$ 24 milhões feita ao comitê do ex-candidato do PSDB à Presidência da República.

Agenda positiva

A líder do PT procurou deixar claro que considera mais importante o estabelecimento de uma “agenda positiva” no Congresso Nacional, que inclua a reforma do Judiciário e a reforma política.

Também presente ao encontro, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), apontou igualmente como prioritária a adoção de uma agenda positiva no Legislativo. Em 2003, observou, a agenda incluiu as reformas previdenciária e tributária. Em 2004, afirmou ele, terá como principais propostas as reformas judiciária e política.

O senador recomendou ao Congresso Nacional que “olhe para a frente”, uma vez que somente a agenda positiva ajudará o país a crescer.

“Retaliações não servem ao país”, adverte Sarney

Indagado à saída do Plenário sobre a proposta da bancada do PT de instalar uma ampla CPI (comissão parlamentar de inquérito) para investigar qualquer suspeita de financiamento irregular de campanha eleitoral, o presidente do Senado, José Sarney, recomendou reflexão e paciência.

– Qualquer instrumento de retaliação que procure personalizar e politizar o problema acho que não convém ao país. Está na hora de refletirmos um



Genildo Magela

REFLEXÃO Para Sarney, denúncias devem ser tratadas sem passionalismo

pouco. A luta política dentro de uma nação democrática deve se processar. Agora, temos de

ver que estamos num momento em que é necessário ao país ter uma certa maturidade política e saber enfrentar esses problemas dentro da normalidade democrática, sem qualquer espírito de retaliação. Qualquer retórica que possa existir no sentido de retaliação, colocada num clima passional, não serve ao país, não serve ao Congresso e, portanto, acho que devemos ter um pouco de paciência nessas coisas – justificou o presidente do Senado.

Antero apresenta dois requerimentos de comissão

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou dois requerimentos pela instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar doações ilegais de campanha. O primeiro deles se restringiria ao escândalo envol-

vendo Waldomiro Diniz, ex-subchefe para Assuntos Parlamentares da Presidência da República. De acordo com denúncia veiculada pela imprensa, ao presidir a Loterj, em 2002, Waldomiro Diniz teria negociado doações para campanhas

eleitorais com o dono de casas lotéricas Carlinhos Cachoeira, em troca de favorecimento em licitações.

O outro requerimento apresentado por Antero é mais amplo e abrange doações irregulares de campanha a partir de

data indeterminada. Esse requerimento atenderia à sugestão do PT, apresentada pela líder Ideli Salvatti (SC), de que se faça uma investigação ampla acerca do financiamento das campanhas eleitorais nos últimos anos.



Jane de Araújo

PPA: comissão rejeita parecer de Saturnino

■ Novo relator, Sibá Machado anuncia que vai manter a previsão de superávit primário da proposta original

Por orientação do governo, foi rejeitado integralmente, ontem, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), o parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) sobre o Plano Plurianual (PPA). O senador Sibá Machado (PT-AC) foi indicado pelos governistas para apresentar novo parecer. A proposta lista todos os investimentos até o final de 2007.

Saturnino mudara a proposta inicial do governo para reduzir gradativamente os recursos reservados para o pagamento de juros da dívida pública nos próximos três anos, contrariando a orientação do governo.

O relatório foi derrubado depois de duas horas de discursos de opositores e governistas, com elogios à intenção do senador fluminense de gastar menos com juros, destinando uma diferença de R\$ 27,9 bilhões a investimentos.

O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou reunião para o dia 2 de março, quando Sibá Machado apre-

sentará seu parecer.

Sibá declarou em entrevista que o PPA deverá manter a previsão de superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2007. O novo relator informou ainda que não pretende simplesmente voltar ao PPA original enviado pelo governo, pois irá aproveitar praticamente tudo que foi feito por Saturnino, inclusive mantendo a previsão de investimentos adicionais de R\$ 27,9 bilhões.

– Não é intenção cortar, mas reestimar as receitas até 2007. Acredito que os investimentos novos poderão até mesmo passar dos R\$ 30 bilhões – afirmou.

Ao defender a redução do superávit primário, Saturnino disse que não estava tomando esse caminho “por simples birra”, mas sim por ter “convicção profunda” de que, sem a volta do crescimento econômico, não haverá possibilidade de aumento dos gastos sociais.

– Os investimentos no Brasil já foram de 10% do PIB e hoje são de apenas 1%. Não dá para ficar esperando apenas os investimentos privados – sustentou o parlamentar.

O parecer de Saturnino foi apoiado pelo PFL e pelo PSDB, mas a base governista tem mais votos na comissão e, em votação simbólica, rejeitou o substitutivo.

Almeida Lima quer esclarecer perdão de dívida da AES

Requerimento encaminhado pelo senador Almeida Lima (PDT-SE) solicita informações ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre operação financeira que resultou no perdão de uma dívida de cerca de US\$ 200 milhões da empresa norte-americana AES, decorrente de



Para Almeida Lima, trata-se de um fato estarrecedor

milhões. A dívida está vencida desde maio, e, em lugar de executar, ainda vão renegociar”, citou o senador.

– O fato é estarrecedor e basicamente não foi notícia. Se o Brasil pedisse moratória, o mundo se acabava. Mas isso é calote. É o “devo e não pago”, diferente do “devo e pago quando puder”.

Almeida Lima leu artigo do

presidente do PDT, Leonel Brizola, em que este aborda a relação do BNDES com a empresa AES. “A mesma multinacional pegou em 97 mais de US\$ 500 milhões para comprar a parte do BNDES na Cemig, não pagou e embolsou os dividendos de quase US\$ 150

milhões. A dívida está vencida desde maio, e, em lugar de executar, ainda vão renegociar”, citou o senador.

Carta enviada pelo ex-presidente da República Itamar Franco ao presidente do BNDES Carlos Lessa, em janeiro, também foi lida pelo senador. Na carta, Itamar protesta contra o perdão da dívida.



SAÍDA Saturnino (ao lado de Sibá) afirma que sem crescimento não se pode aumentar gasto social

Demostenes cobra dados sobre Gtech

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) voltou a cobrar do Ministério da Fazenda e da Caixa Econômica Federal o envio de documentos complementares relativos à prorrogação de contrato firmado entre a Caixa e a empresa Gtech do Brasil Ltda., que presta serviços de informática.

Ele disse que apresentou um primeiro requerimento de informações em maio de 2003, motivado por denúncia de que a renovação do contrato da empresa teria sido

feita de forma lesiva aos interesses públicos. No governo passado a Gtech teria oferecido um deságio de 22% para prorrogar o contrato com a Caixa, enquanto no governo atual o desconto oferecido teria sido de apenas 7%.

– Quero ter acesso a essa documentação para não fazer denúncia caluniosa nem expor ninguém ao ridículo – afirmou.

Demostenes ressaltou que o Ministério Público já investiga a prorrogação do contrato, com base em denúncias sobre a legalidade do mesmo. Um dos

pontos investigados é a capacidade de a Caixa executar tais serviços, o que tornaria desnecessária a prorrogação do contrato com a Gtech. E advertiu que não gostaria de voltar à tribuna para solicitar os documentos, lembrando que há um ano vem apresentando requerimentos para esse fim.



Demostenes questiona contrato

Ideli diz que houve redução do valor repassado à empresa



Ideli: TCU apura práticas no governo passado

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), disse que o atual governo não aumentou os valores dos contratos da Caixa Econômica Federal com a empresa Gtech pelos serviços de operacionalização do sistema de loterias. O ex-assessor Waldomiro Diniz está sendo apontado como intermediário dos interesses da empresa.

A senadora afirmou que houve uma redução de R\$ 0,15 para R\$ 0,12, no valor repassado à empresa por aposta feita. Já no governo anterior, assinou, houve aumento de 300%. Ela informou que Demostenes Torres não encontrou elementos para levar adiante a denúncia.

– Os documentos estão com o senador. Talvez seja difícil fundamentar a denúncia, pois o Tribunal de Contas da União investiga exatamente os procedimentos com a Gtech no período anterior ao governo atual.

Senador exige investigação para punir os culpados

Demostenes Torres voltou à tribuna para responder à líder do PT e do bloco governista, senadora Ideli Salvatti, sobre requerimento que ele apresentou solicitando informações ao Ministério da Fazenda e à Caixa Econômica Federal, relativas à prorrogação de contrato com a empresa Gtech. Ele reiterou que outros requerimentos de sua autoria e também do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) sobre o assunto não foram atendidos pela Caixa.

Demostenes questionou a ênfase da senadora na resposta, quando afirmou que foram enviados aos senadores os documentos requeridos. Ele disse que não há o que defender nesse caso, senão com a investigação de todas as peças dos autos, uma vez que a solicitação tem base em denúncias de irregularidade na prorrogação do contrato, efetivada pela primeira vez no governo Fernando Henrique Cardoso e, agora, pelo governo do PT.

– Se houve proposta de deságio, se houver qualquer coisa contra o governo passado, que os autos sejam investigados na sua totalidade, que se punam os culpados – declarou.

MPs do setor elétrico vão à votação após carnaval

Os dois projetos de lei de conversão (PLVs) que estabelecem novas regras para o setor elétrico não puderam ser votados na ordem do dia de ontem. Conforme explicou a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, ainda está negociando mudanças nos projetos com os relatores, senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Assim, as matérias só deverão ir a votação depois do carnaval.

Para o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), as negociações atingiram uma “base consistente” para se chegar a um acordo, mas considerou “pouco provável” a obtenção de um consenso. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), prometeu obstruir a votação, caso não haja o acordo.

A ministra Dilma Rousseff, disse em entrevista após reunião de negociação do PLV no Senado, na última quarta-feira, que não recebeu qualquer reclamação sobre a centraliza-

ção de poderes no seu ministério. Para ela, os ex-ministros “têm perfeita clareza do grau de enfraquecimento do ministério e das conseqüências desse enfraquecimento diante da complexidade que é gerir a área de energia elétrica”.

Apesar das mais de 120 emendas apresentadas pelos deputados, os PLVs não alteraram substancialmente o modelo do sistema elétrico proposto pelo governo. Uma das inovações sugeridas pelo Executivo é a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que sucederá o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) no controle das operações de compra e venda de eletricidade. A nova câmara será regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A medida provisória também estabelece a adoção do critério de menor tarifa para a escolha de nova empresa geradora e transfere ao governo o poder regulamentador sobre o setor.

Maria do Carmo pede mais tempo para análise

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) classificou o novo modelo do setor elétrico proposto pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva de “extremamente centralizador e quase intervencionista”. Por considerar que o Congresso teve pouco tempo para apreciar a matéria, já que o novo modelo só foi apresentado pelo Ministério de Minas e Energia no dia 11 de dezembro do ano passado, ela pediu um prazo maior para que o Senado aprecie a medida provisória (MP 144/03) que trata do assunto.

Ela analisou que, como a eficácia do instrumento MP é imediato, dá-se no momento de sua publicação, o governo impôs a todo o país um modelo que nem sequer foi discutido entre os segmentos envolvidos.

Um dos pontos da medida provisória sobre o qual a senadora pediu atenção foi a ampliação dos poderes do Executivo. Ela alertou que, se a MP for aprovada como está, o governo nem precisará consultar o Congresso quando desejar introduzir qualquer espécie de alteração normativa no setor elétri-

co brasileiro.

–O governo pede um cheque em branco para os congressistas, cheque esse que nem eu estou disposta a dar e nem o povo que me delegou a missão de representá-lo me autoriza a passar – afirmou Maria do Carmo.

A senadora opinou que retirar da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o poder regulatório de realizar licitações provocará a politização do setor. Para Maria do Carmo, não existe justificativa para o enfraquecimento de um órgão técnico que, na sua avaliação, vem cumprindo suas funções “de forma exemplar”.



CENTRALIZAÇÃO Maria do Carmo quer aprofundar o debate sobre as mudanças

Ramos Horta agradece apoio de Sarney ao Timor

■ O Prêmio Nobel da Paz diz que seu país ainda precisa do apoio do Brasil nas áreas de saúde e educação

O jornalista José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor Leste e Prêmio Nobel da Paz de 1996, visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney, a quem fez um relato sobre a situação do seu país e registrou a gratidão do povo timorense pelo apoio do político brasileiro à libertação daquele país.

– Vim registrar nossa gratidão ao presidente Sarney, que foi uma das primeiras figuras mundiais a defender a causa do Timor Leste, quando era presidente da República, num discurso feito na Assembléia Ge-

Presidente do Líbano garante que seu país hoje é seguro

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente do Líbano, Emile Lahoud. A visita teve por objetivo intensificar a cooperação, fortalecer o diálogo político e ampliar os vínculos econômicos e comerciais entre os dois países.

No encontro, Lahoud afirmou que muitos empresários brasileiros originários de seu país conservam o Líbano no coração. E manifestou o desejo de que esses empreendedores participem da reconstrução daquele país, devastado pela guerra, entre 1975 e 1990.

O presidente libanês ressaltou que, apesar dos conflitos existentes na região, a Interpol declarou que, em 2003, o Líbano foi o país mais seguro do mundo.

Ele também disse contar com o Brasil para reconstruir seu país e lembrou que neste ano será inaugurada linha aérea unindo os dois países.

O presidente do Senado destacou que o Brasil apoiará sempre o Líbano em razão dos laços culturais e sentimentais que unem os dois países.



APROXIMAÇÃO Ramos Horta afirma que o petróleo poderá unir economia dos dois países

ral da ONU, em 1985. Quero bem a Sarney como presidente do Brasil ou do Senado. O Brasil foi sempre grande amigo de nossa causa – disse o ministro.

Ramos Horta comunicou a Sarney que a situação do seu país está tranquila e que o povo timorense está dando “passos lentos, mas seguros, na consolidação da paz e da democracia”. Ele afirmou que o país ainda precisa do apoio do Brasil na formação de quadros na área

de educação, saúde e cultura.

Ramos Horta expressou o desejo de que o Brasil continue a dar sua contribuição mantendo forças policiais e de paz. Sarney destacou a consolidação da democracia no Timor Leste e

dispôs-se a apoiar o povo timorense naquilo que for da competência do Legislativo brasileiro.

Ele também afirmou que não é possível, a curto prazo, pensar-se no estreitamento do comércio entre o Brasil e o Timor Leste, em razão da distância e da escassez de recursos para aquele país exportar. Mas reconheceu que o petróleo pode estreitar os laços econômicos entre os dois países.



INDICAÇÕES Comissão também aprovou os nomes dos novos embaixadores brasileiros na Argentina e em Moçambique

Ministro pede ajuda para ONU permanecer no país

Em reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ontem, o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor Leste, José Ramos Horta, pediu a ajuda do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) para a prorrogação por mais um ano da missão do organismo internacional em Timor Leste. A proposta de Horta prevê a manutenção de 60 conselheiros administrativos, de 40 a 50 observadores militares e uma companhia da Força de Paz com 350/400 homens.

Segundo o ministro e Prêmio Nobel da Paz de 1996, a polícia timorense continua frágil e necessitando de preparação ade-

quada, e as forças armadas ainda precisam de apoio.

Horta lembrou do trabalho desenvolvido pelo chefe da missão da ONU em Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello, morto em um atentado no Iraque, em agosto de 2003.

– Mais do que um grande ás da diplomacia, Sérgio Vieira de Mello foi um grande amigo da causa de Timor Leste. Ele foi um grande ser humano que perdemos – afirmou.

A comissão também aprovou a indicação do embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira para a embaixada do Brasil na Argentina e da embaixadora Leda Lúcia Martins Camargo para a embaixada brasileira em Moçambique.

LEI DE FALÊNCIAS

Depoimento do promotor Luiz Inácio Vigil Neto gera polêmica sobre ponto do projeto de lei que parecia resolvido pela Comissão de Assuntos Econômicos

Fixação de limite para créditos trabalhistas reacende debate

A fixação de um limite para o recebimento dos créditos trabalhistas como forma de proteger os empregados nos processos falimentares e de recuperação judicial reacendeu os debates na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A questão, que parecia resolvida com o posicionamento favorável das duas principais entidades sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, voltou a gerar polêmica na audiência de ontem com o promotor de Justiça do Rio Grande do Sul Luiz Inácio Vigil Neto.

– O ideal seria não limitar, mas ter controle sobre o que é fraude, distinguindo essas manobras do que são direitos líquidos e certos – declarou o promotor, em resposta ao relator da matéria na CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Vigil contou que nos dez anos em que trabalhou na vara de falências do Rio Grande do Sul detectou muitos casos em que o sócio da empresa entrava com reclamatória trabalhista e habilitava o seu crédito junto à massa falida, reduzindo os recursos para os funcionários.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou se uma alternativa não seria instituir critérios para que os diretores e sócios recebam suas pendên-



AUDIÊNCIA Promotor Vigil Neto (E) depõe na CAE, ao lado de Ramez Tebet e Osvaldo Biolchi

cias, evitando injustiças e fraudes, como por exemplo estabelecendo limites sobre um valor médio das indenizações trabalhistas e levando em conta o tamanho do empreendimento.

Vigil Neto acha que o projeto de lei (PLC 71/03) já estipula critérios ao definir que os créditos dos administradores sem vínculo empregatício, dos cotistas, acionistas controladores e diretores sejam considerados

“subordinados”, na classificação das prioridades de recebimento na falência. Ou seja, só receberão se sobraem recursos após o pagamento dos credores preferenciais.

O promotor disse que o limite para os créditos trabalhistas seria um outro caminho e que o Ministério Público tem como bloquear o pagamento se for comprovada sua origem ilícita.

Já o deputado Osvaldo Biol-

chi (PMDB-RS), relator do projeto na Câmara e que vem participando das audiências, declarou que a fixação de um teto seria derrubada pelos deputados. Lembrou que houve um esforço para definir um limite, mas que não obteve apoio nem sequer do PT. Na sua avaliação, o aumento para oito anos de reclusão nas punições deve ajudar a coibir as fraudes nos processos falimentares.

Alcance da lei ainda é motivo de dúvidas

O projeto de lei que regula as falências e a recuperação das empresas ainda não deixou claro quais delas realmente estarão sujeitas aos novos dispositivos legais. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quis saber do promotor de Justiça do Rio Grande do Sul Luiz Inácio Vigil Neto, especialista em falências e concordatas, se as sociedades de economia mista e as empresas públicas deveriam permanecer excluídas do alcance da lei, como está no texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

O promotor defendeu a inclusão das sociedades de eco-

nomia mista, mas disse que o caso das empresas públicas precisaria ser mais bem analisado. Mas o relator do projeto, senador Ramez Tebet, afirmou que o país ainda não possui “caldo de cultura” que permita inserir as estatais.

– As companhias energéticas e o Banco do Brasil ficariam sujeitos a pedido de falência – exemplificou.

Outra questão levantada por Garibaldi foi se a parceria público/privada seria submetida à nova Lei de Falências. Tebet comprometeu-se a estudar o alcance da medida provisória que instituiu esse tipo de asso-

ciação em empreendimentos de interesse governamental. E o promotor interpretou que, se o vetor na parceria for o agente privado, o empreendimento estará submetido aos novos dispositivos legais.

O parcelamento dos créditos tributários foi outro ponto importante dos debates na CAE. Tebet disse, em resposta a Garibaldi, que ouvirá o Ministério da Fazenda sobre a possibilidade de a nova lei estabelecer condições diferenciadas para as empresas em dificuldades financeiras, alterando assim o texto atual, que remete ao que está previsto no Código Tribu-

tário Nacional.

O relator na Câmara, deputado Osvaldo Biolchi, pediu aos senadores que analisem as propostas que aperfeiçoam o engajamento do fisco no esforço de recuperação das empresas, no sentido de evitar que as execuções fiscais sejam pagas à parte do rol de credores e de manter o dispositivo atual que retira a cobrança de multas fiscais nos processos falimentares. “Multas de 250% são impagáveis”, afirmou Biolchi, explicando que não conseguiu negociar esses pontos na Câmara dos Deputados por pressão do próprio governo.

Pavan critica redução do número de vereadores

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra decisões judiciais proferidas por provocação do Ministério Público que estão obrigando as câmaras de vereadores de Santa Catarina a reduzirem o número de parlamentares. Na opinião do senador, o Ministério Público interpreta a Constituição de maneira restrita e está impondo a perda de 333 vagas de representantes municipais no estado.

Pavan alertou para o fato de que, sendo 2004 um ano eleitoral nos municípios, essas decisões provocarão especial confusão.

O senador explicou que a Constituição estabelece que o número de vereadores deve ser proporcional à população do município, observadas quantidades máximas e mínimas referentes a três diferentes faixas populacionais: municípios de até 1 milhão de habitantes, entre nove e 21 vereadores; de 1 milhão a menos de 5 milhões, entre 33 e 41 vereadores; com mais de 5 milhões, entre 42 e 55 vereadores.

Segundo Pavan, o Ministério Público em Santa Catarina passou a interpretar a palavra “proporcional” como sinônimo de mera divisão aritmética da quantidade de vereadores pelo tamanho da população, com resultado desastroso. Importantes centros econômicos como Florianópolis, Joinville e Blumenau terão redução de 40% no número de vereadores. No Brasil, usando a mesma conta, serão mais de 2.400 municípios afetados, desaparecendo mais de 9.100 cargos.



ADVERTÊNCIA Pavan diz que decisões acabariam com 9.100 cargos de vereador no país